

# Os militares e a nova ordem mundial<sup>1</sup>

Lauro Ney Meneses\*

A recente deflagração da “guerra do século” desencadeou alterações na *rationale* que geria as doutrinas e estratégias militares em todo o mundo civilizado. E o Brasil não ficou imune a tais mudanças. O surgimento de um novo tipo de inimigo (terrorismo) criou uma crise nas sociedades de todo o mundo, que induziu à formulação de questões do tipo:

– para que existem as Forças Armadas, se as questões são “policiais”?

– quanto custa (e vale a pena) manter as Forças Armadas?

– o que os países recebem de volta pelo dispêndio que fazem com as Forças Armadas?

O pressuposto central desse pensamento é que, eliminada a Guerra Fria e em face do terrorismo internacional, seria possível reduzir os orçamentos militares em geral. Como consequência, os corolários dessa tese seriam:

– os arsenais militares do Terceiro Mundo (somente) deveriam ser “congelados” no ponto em que estão, e auditados através de uma inspeção e decisão do Conselho de Segurança da ONU;

– o Conselho de Segurança da ONU proibiria o desenvolvimento, a fabricação e/ou aquisição de armas nucleares, químicas ou biológicas, assim como artefatos balísticos, por parte das nações que ainda não as possuem (leia-se Terceiro Mundo);

– os países que violassem as resoluções da ONU ficariam submetidos a sanções importantes por parte da comunidade internacional, não

só de caráter econômico como (e principalmente) militar;

– caso as sanções não alterassem o comportamento dos “transgressores”, uma Força Militar da ONU receberia mandato para eliminar a capacidade produtiva e quaisquer estoques de artefatos militares que tivessem sido produzidos e/ou adquiridos por esses “infratores”.

Em contrapartida à sua desmilitarização, os países do Terceiro Mundo receberiam garantias da ONU para a preservação de suas fronteiras, seja através de ações econômicas ou militares, impostas por decisões políticas desse organismo internacional, ou pela utilização de Forças Multinacionais, contra um “inimigo” que viesse a existir e a colocar em risco o país “garantido”.

Assim sendo, novas atribuições vêm de ser atribuídas ao Clube dos Ricos (G7), e que pretende dar às Forças Armadas do Terceiro Mundo uma atuação de caráter “policial”, com ênfase no combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Inserido nesse conceito, estaria o chamado nível “ótimo” para despesas militares: no máximo 2% do PNB de cada país do grupo “assistido”.

Esse nível fixado não afetaria o Brasil, já que nosso (ridículo) dispêndio militar está abaixo de 0,7% do PNB. Entretanto, o que mais nos afeta é a proibição de prosseguir nas pesquisas científicas (incluindo nucleares e missilísticas-balísticas).

Existem, portanto, duas alternativas para a estratégia futura das Forças Armadas sul-ame-

\* O autor é Major-brigadeiro-do-ar reformado da Aeronáutica e Presidente da Associação Brasileira de Pilotos de Caça.

<sup>1</sup> Publicado na revista *Ideias em Destaque*, n.º 21 – mai/ago – 2006.

ricanas no cenário mundial atual (nisto incluído o Brasil):

– aceitar o papel que lhes é atribuído e se transformarem em “superpolícia antidrogas e antiterror”;

– rejeitar essa opção e continuar no desenvolvimento de pesquisas que lhes dêem um potencial para adquirir capacidade profissional (inclusive nuclear e missilística), incorrendo no risco de sofrer as possíveis sanções da ONU.

Essa tem sido a tônica adotada no discurso feito pelas autoridades que nos têm visitado recentemente. Os militares brasileiros execraram e rejeitaram, fortemente, essa tese. Entretanto, o Governo brasileiro ainda não manifestou, em termos práticos, sua vontade política quanto ao assunto; só o fez, indiretamente, reduzindo drasticamente os orçamentos militares, eliminando possíveis dúvidas quanto à sua postura a respeito do tema.

Cabe notar que a posição dos *Grandes* não mudou com o tempo e até evoluiu. E, sempre que possível, volta ao cenário, pois encontra guarida nas teses de “atuação militar de legalidade”, apoiada pela comunidade internacional através do Conselho de Segurança da ONU. É a tese da “invasão consentida”, ou seja, com o consentimento e a convivência de qualquer nação, a

ONU, (com Forças Aliadas sob seu comando), agirá militarmente em qualquer parte do mundo que lhe convenha.

Em aceitando a tese (o que parece cada vez mais inevitável), o questionamento do “porquê das Forças Armadas Nacionais” tem voltado, com o máximo de peso, à mesa das discussões de todos os parlamentos e estados-maiores. E das próprias sociedades...

No Brasil, mercê do sucateamento e empobrecimento das Forças Armadas, o próprio Governo – em busca de justificativas (?) – oferece “capacidade de atuação no campo social” em troca de apoio político-financeiro. Embora não possa ser tão condenável, não deixa de ser deturpação da destinação constitucional das Forças Armadas, para a qual elas não estão (nem foram) treinadas, estruturadas e equipadas. E, muito menos, desejosas de executar...

Nesse panorama de “superfluidez”, seria conveniente um alerta: atenção à tradicional tendência brasileira ao rápido estabelecimento de “novas doutrinas, critérios e reorganização para as Forças Armadas”, com base em uma “nova (?) ordem militar mundial”.

Essa “nova ordem” não conseguiu, até hoje, se sustentar em suas próprias pernas! Quanto mais pôr a cabeça para funcionar! ☹